

**A. I. N°** - 124157.0831/10-0  
**AUTUADO** - SANTA CLARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A.  
**AUTUANTE** - ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 09.11.10

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJJ N° 0344-04/10

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Trata-se de café, mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária e, como tal, não sujeita à antecipação tributária parcial, conforme estabelece o art. 352-A, § 1º, III, do RICMS/BA. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado, em 24/02/2010, para exigir a falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial, no valor de R\$ 6.081,86, devida na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadoria (café a vácuo) adquirida para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências e Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) de nº 30150, às fls. 4, 5 e 10 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 125, inciso II, alínea “f” e 352-A, combinados com os artigos 911 e 913 do RICMS/BA.

O contribuinte, através de sua representante legalmente constituída, ingressou com defesa tempestiva, às fls. 17 a 20 dos autos, onde aduz ter por atividade principal a moagem, torrefação, embalagem e comercialização de café, bem assim, como a produção e comercialização de capuccinos, achocolatados, dentre outros produtos alimentícios.

Destaca que recebeu mercadorias transferidas da filial da empresa que está localizada em Natal-RN, conforme se pode verificar do DANFE nº 30150, e, como tal, nos termos do art. 355, I, do RICMS/BA, não se fará a retenção ou antecipação do imposto quando a mercadoria se destinar a estabelecimento filial atacadista situado neste Estado, ficando o destinatário responsável pela retenção do imposto referente às operações internas subseqüentes.

Assim, sustenta o sujeito passivo que a interpretação do autuante está equivocada, pois, como se pode inferir da dicção do art. 355, I, do RICMS/BA, não haverá retenção em casos de mercadorias enviadas por transferência a estabelecimento localizado no Estado da Bahia advindas de estabelecimento industrial da empresa ou de filial atacadista.

Por fim, destaca que não houve prejuízo ao Fisco, bem assim como, a situação cadastral da empresa perante o Estado da Bahia, quanto à sua inscrição estadual, é regular, motivo pelo qual o Auto de Infração é improcedente.

O autuante, ao prestar a informação fiscal, às fls. 32 a 36 dos autos, sustenta que o defendente tendo efetuado operação de transferência interestadual de mercadorias tributadas pelo ICMS, através do DANFE de nº 30150, contemplando 18.099,620 kg de café ensacado a vácuo, procedentes de Natal (RN), descumpriu exigência da legislação pertinente, pelo fato, de nesta data encontrar-se enfaticamente na condição de DESCRENCIADO (folha 07/08 do PAF), e deixar de efetuar o pagamento do ICMS devido pela operação, na primeira repartição fazendária da divisa ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas com intuito comercial, como exige o art. 125, II, “f”, e art. 352-A, § 3º, II, combinados com os artigos 911, § 1º, e 915, II, “d”, todos do RICMS.

Salienta que o autuado em momento algum em sua defesa tratou SEFAZ, fato que motivou o autuante à lavratura do Auto de Infração crédito tributário em consonância com os preceitos legais.

Sustenta o agente público que, nesses casos, o ordenamento tributário não deixa dúvidas, quando exige que os contribuintes, estando na condição de Descredenciado, ao adquirirem mercadorias para comercialização, inclusive oriunda de transferências, recolham o ICMS devido pela operação, no primeiro Posto Fiscal do trajeto (art. 352-A), e apenas aqueles contribuintes credenciados, possuem prazo de recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente, como previsto no parágrafo 7º do art. 125 do RICMS/BA. Pede a procedência do Auto de Infração.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o ICMS referente à antecipação parcial de 17.710 kg de café a vácuo, mercadoria sob NCM/SH nº 0901.21.00, transferida do estabelecimento industrial do sujeito passivo, estabelecido no Estado do Rio Grande do Norte, para o seu estabelecimento atacadista, localizado no Estado da Bahia, conforme consignado no Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) de nº. 30150, à fl. 10 dos autos.

Conforme previsto no art. 353, inciso II, item 10, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº. 6.284/97, o café torrado ou moído - NCM 0901.21.00 e 0901.22.00 está sujeito ao regime de substituição tributária nas operações internas no Estado da Bahia.

Por outro lado, o art. 352-A do RICMS, tido como infringido, determina que ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

Porém, o parágrafo primeiro do citado dispositivo legal determina que a antecipação parcial estabelecida neste artigo não encerra a fase de tributação e não se aplica às mercadorias, cujas operações sejam acobertadas por: isenção, não-incidência, antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação, exceto nas aquisições de álcool de que trata o art. 515-D. (grifo nosso). Tal disposição também tem previsão no art. 12-A, § 1º, III, da Lei nº. 7.014/96.

É válido salientar que, conforme consignado à fl. 2 dos autos, o autuante apurou o imposto com aplicação da MVA de 15%, ou seja, exigiu a substituição tributária total e não parcial, apesar de a acusação fiscal se reportar à antecipação parcial, fato este que, por si só, levaria à nulidade do Auto de Infração.

Em consequência, por se tratar o café, objeto da operação em questão, sujeito ao regime de substituição tributária, tal operação não é passível de exigência da antecipação parcial do ICMS, sendo, portanto, improcedente o Auto de Infração e irrelevante o fato de o contribuinte se encontrar, à época da ação fiscal, descredenciado para efetuar o recolhimento do imposto por antecipação até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento.

Diante do acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **124157.0831/10-0**, lavrado contra **SANTA CLARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A.**

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de outubro de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

FERNANDO ABRITO DE ARAÚJO – RELATOR

PAULO DA